

EDITAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS E FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

EDITAL COREME 002/2024

SELEÇÃO DE CANDIDATOS ÀS VAGAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA MODALIDADE DE PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE COM INÍCIO DAS ATIVIDADES EM 2025

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Dourados (SEMS) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), através do Projeto “Laboratório de Inovação na Atenção Primária à Saúde Dourados-MS/Fiocruz”, tornam pública a abertura de inscrições para o Processo Seletivo Público para o preenchimento de vagas no Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Dourados e Fundação Oswaldo Cruz – PRMFC SeMS/Fiocruz - 2024, em conformidade com as exigências do Regulamento deste Programa, conforme regulamentações da Lei 12.871/2013, Resolução nº 35/2018 e Resolução nº 17/2022 da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM/MEC).

A Instituição Proponente do Programa é a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Dourados, a qual está devidamente credenciada junto ao Ministério da Educação (MEC) no Sistema SisCNRM, sob processo de nº 2023-176. O Programa será realizado com o apoio da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, de acordo com informações consubstanciadas no Termo de Referência do Projeto, sob o número de Processo SEI 25380.002842/2023-02 (Sistema Eletrônico de Informações –SEI/Fiocruz).

Este edital foi aprovado pelo Colegiado do Programa de Residência Médica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Dourados (SEMS) em reunião realizada no dia 12 de novembro de 2024 e pelo Supervisor do Programa de Residência Médica da Secretaria Municipal de Saúde (SEMS).

A Residência Médica é uma modalidade de ensino de pós-graduação, sob forma de curso de especialização, caracterizada por treinamento em serviço, em regime de tempo integral, regulamentada pela Lei 6.932, de 07 de julho de 1981, e pelas Resoluções da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Público será regido pelas regras dispostas no presente Edital e conduzido pela Comissão do Processo de Seleção para o Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, de acordo com a publicação da RESOLUÇÃO/SEMS Nº 48, de 18 de novembro de 2024.

1.2 É destinado aos profissionais portadores de diploma de curso de graduação em Medicina, obtidos em instituições de ensino superior em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

1.3 O Processo Seletivo para o Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade destina-se a selecionar candidatos médicos para o provimento de vagas no município de Dourados, Mato Grosso do Sul, num total de 06 (seis) vagas.

1.4 De acordo com a Resolução CNRM nº 17/2022, do total de 06 (seis) vagas oferecidas, 1 (uma) delas está reservada para pretos(as), pardos(as) ou indígenas e 1 (uma) delas está reservada para a Pessoa com Deficiência (PcD), visando o atendimento da política de ações afirmativas. Os(a) candidatos(a) nessas condições deverão preencher e assinar a autodeclaração (conforme descrito no decorrer do edital). Concorrerão, ao mesmo tempo, às vagas reservadas e àquelas destinadas à livre concorrência.

1.5 Em casos de candidatos médicos brasileiros, formados por faculdades estrangeiras, o diploma deve estar revalidado por universidade pública (conforme Resolução CNE nº 3 de 22/06/2016) devendo ser enviada via sistema cópia digitalizada do mesmo ou cópia de registro em Conselho Regional de Medicina de qualquer estado do Brasil no momento da inscrição.

1.6 Em se tratando de candidatos(as) estrangeiros, formados no exterior as inscrições somente poderão ser confirmadas mediante envio, via sistema, de cópia digitalizada do diploma revalidado (conforme Resolução CNE nº 3 de 22/06/2016) ou cópia digitalizada do registro em Conselho Regional de Medicina de qualquer estado do Brasil no momento da inscrição. Deverá ser enviado ainda no mesmo ato cópia de visto temporário e autorização de residência no Brasil por tempo indeterminado ou por período de duração maior ou igual ao período de duração do programa de residência médica inscrito.

1.7 Aos médicos estrangeiros formados no Brasil será exigido no ato da inscrição o envio via sistema de cópia digitalizada de visto temporário e autorização de residência no Brasil portempo indeterminado ou por período de duração maior ou igual ao período de duração do programa de residência médica inscrito.

1.8 Os candidatos inscritos neste Processo Seletivo Público que estejam matriculados em Curso de Graduação reconhecidos pelo MEC na área citada nos subitens anteriores, deverão comprovar a Conclusão do Curso até a data da matrícula no Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SeMS/Fiocruz, por meio da apresentação de Declaração de Conclusão de Curso ou Diploma de Graduação, devidamente emitidos pela Instituição de Ensino Superior proponente do curso de graduação.

1.9 É imprescindível a apresentação da carteira profissional comprovando inscrição no Conselho Regional de Classe no momento da matrícula, para a efetivação da mesma.

1.10 Pode haver quantas chamadas para o preenchimento das vagas quanto forem necessárias, respeitando-se a classificação dos candidatos, o prazo de data máxima estipulada pelo Ministério da Educação para assinatura do Termo de Outorga de Bolsa e os critérios institucionais.

2. DAS VAGAS NO PROGRAMA

2.1. Quadro demonstrativo de vagas ofertadas no processo de seleção:

PROFISSÃO/ GRADUAÇÃO EXIGIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)	AÇÕES AFIRMATIVAS (NI*)	AÇÕES AFIRMATIVAS (PcD**)	TOTAL DE VAGAS	VALOR DA INSCRIÇÃO
Medicina de Família e Comunidade	4	1	1	6 (seis)	R\$250,00 (duzentos e Cinquenta reais)

* NI (negro - preto ou pardo; e indígenas).

** PcD (Pessoa com Deficiência).

3. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

3.1 Todo o acompanhamento do Processo Seletivo Público para o Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SeMS/Fiocruz, deverá ocorrer pelo endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br.

3.2 O acompanhamento das publicações decorrentes do cronograma de execução deste Edital é de responsabilidade exclusiva do candidato, por meio do endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br. Eventual comunicação complementar por outro meio (e-mail, carta etc.) não importa em desoneração da obrigação do candidato em acompanhar as publicações em diário oficial, tampouco em aquiescência da Administração Pública em notificar pela via alternativa.

EDITAIS

3.3 Sua inscrição implica na aceitação dos termos descritos neste edital.

3.4 Os períodos estabelecidos neste cronograma, inclusive a data da prova objetiva, poderão ser alterados durante o processo, havendo divulgação oficial no endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br, sem prejuízo das orientações e dos ditames deste Edital.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	DATA PREVISTA
Publicação do edital de abertura do Processo Seletivo Público para o PRMFC SeMS/Fiocruz	29/11/2024
Período de inscrições pela internet (por meio endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br)	Das 13h do dia 29/11/2024 até às 23h59 do dia 05/01/2025
(Horário de Brasília)	
Solicitação de isenção da taxa de inscrição	29/11/2024 à 29/12/2024
Divulgação da solicitação de isenção da taxa de inscrição	30/12/2024
Período recursal sobre o indeferimento de isenção da taxa de inscrição	31/12/2024
Divulgação da solicitação de isenção da taxa de inscrição, após recursos	02/01/2025
Envio de laudo médico para solicitação de condições especiais para o dia da prova	29/11/2024 à 29/12/2024
Período para pagamento da taxa de inscrição	29/11/2024 à 07/01/2025
Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas	09/01/2025
Período recursal sobre as inscrições indeferidas	10/01/2025
Divulgação das inscrições deferidas, após recursos	13/01/2025
Divulgação da Data, Hora e Local da prova	13/01/2025
Data de aplicação da prova objetiva	19/01/2025
Divulgação do gabarito preliminar	19/01/2025
Período recursal sobre o gabarito preliminar	20/01/2025 a 21/01/2025
Divulgação do gabarito definitivo e da nota preliminar da prova	22/01/2025
Período recursal sobre resultado preliminar da prova	23/01/2025
Divulgação do resultado definitivo da prova	24/01/2025
Análise de documentação e verificação da autodeclaração e banca de heteroidentificação das pessoas negras, pretas e pardas, indígenas e com deficiência	
Edital de convocação dos Candidatos Autodeclarados Negros, Pretos e Pardos, Indígenas e com Deficiência para realização da Análise de Documentação e a Verificação da Autodeclaração, juntamente com a divulgação dos membros da Comissão Especial	24/01/2025
Data para a realização de banca presencial de heteroidentificação para a realização da Análise de Documentação e Verificação da Autodeclaração dos candidatos Autodeclarados Negros, Pretos e Pardos	27/01/2025
Divulgação do Resultado Preliminar da Análise de Documentação, Verificação da Autodeclaração e Banca de Heteroidentificação	28/01/2025
Período de Recebimento de Recursos Administrativos contra o Resultado Preliminar da Análise de Documentação e Verificação da Autodeclaração	29/01/2025
Divulgação do Resultado Definitivo da Análise de Documentação e Verificação da Autodeclaração e Banca de Heteroidentificação	30/01/2025
PARA TODOS OS CANDIDATOS: PERÍODO DE MATRÍCULA	
Publicação da classificação definitiva e da lista homologada de candidatos aprovados e classificados - Calendário de convocação da 1ª chamada	30/01/2025
Período para cadastro no Sistema de candidatos aprovados – realização de matrículas on-line dos convocados da 1ª chamada	03/02/2025 à 05/02/2025
Publicação da classificação definitiva e da lista homologada de candidatos aprovados e classificados - Calendário de convocação da 2ª chamada	06/02/2025
Período para cadastro no Sistema de candidatos aprovados – realização de matrículas on-line dos convocados da 2ª chamada	06/02/2025 à 07/02/2025
Publicação de Avisos com listas homologadas de candidatos aprovados para a realização de matrícula, conforme calendário de convocação para demais chamadas (conforme a necessidade e disponibilidade de vagas)	10/02/2025
Divulgação do local para apresentação presencial dos candidatos matriculados com os documentos originais e cópias submetidos no site, para efetivação da matrícula	11/02/2025
Publicação do local para início das atividades	11/02/2025
Início das atividades do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade - PRMFC SeMS/Fiocruz (Acolhimento da Turma 2025/2027) e assinatura do Termo de Compromisso do Residente	06/03/2025

4. DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO

4.1 As inscrições deverão ser realizadas de acordo com o cronograma previsto no item 3 deste Edital, exclusivamente pela internet, no endereço residencia.sems.dourados.ms.gov.br.

4.2 Em seu primeiro acesso, o candidato deverá acessar o link residencia.sems.dourados.ms.gov.br, selecionar a opção “novo cadastro”, realizando o seu cadastro na plataforma, mediante escolha de login e senha. Após realizado o cadastro, o candidato deverá realizar o login neste endereço eletrônico e então selecionar o Processo Seletivo do Programa de Residência objeto deste edital, o Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SeMS/Fiocruz. Após o preenchimento de todos os campos e sendo anexados os arquivos correspondentes (para o caso de candidato que solicitar isenção de taxa de isenção e/ou solicitar vaga para ações afirmativas e/ou solicitar atendimento especial), será demonstrado na tela um aviso para que o candidato confirme se todos os campos foram preenchidos com as informações corretas. Após a confirmação, a inscrição do candidato será efetuada na plataforma.

4.3 É de responsabilidade do candidato o acompanhamento de todas as etapas da sua inscrição na plataforma, assim como do acompanhamento de todas as etapas do presente edital.

EDITAIS

4.4 Após o preenchimento do formulário eletrônico de inscrição realizado no endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br, o candidato será comunicado quanto a geração da guia de pagamento da inscrição, a qual o candidato deverá imprimir e pagar a guia DAM (Documento de Arrecadação Municipal), como forma de obter a sua inscrição homologada.

4.5 No ato da inscrição, o candidato deverá informar um e-mail para contato. Este será usado como canal de comunicação, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato a correta informação sobre o endereço eletrônico.

4.6 Não serão aceitos pedidos de inscrição via e-mail, correio, FAX (fac-símile) ou outra forma que não seja o preenchimento da inscrição online disponibilizada no site.

4.7 O valor da taxa de inscrição é de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais).

4.8 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será objeto de restituição.

4.9 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser realizado, exclusivamente, por pagamento da guia DAM (Documento de Arrecadação Municipal), gerada pelo sistema de inscrição, disponível no ato da inscrição, ou por emissão de 2ª via deste, até o último dia de seu vencimento. Não serão aceitas outras formas de pagamento.

4.10 O não pagamento da taxa de inscrição, até a última data estipulada no cronograma, resulta na não homologação da inscrição do candidato.

4.11 São condições para a homologação da inscrição:

a) O preenchimento dos dados na ficha de inscrição disponível no endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br.

b) O pagamento da taxa de inscrição, deve ocorrer na forma e no prazo previstos por este Edital ou deferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição.

4.12 A homologação do pedido de inscrição será publicizada aos candidatos por meio de Edital disponibilizado no endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br, conforme cronograma, após verificada a quitação do pagamento da taxa de inscrição. Para os casos de não homologação, será divulgado o motivo (exceto dos não pagos), cabendo recurso, que deverá ser formulado conforme o previsto neste Edital.

4.13 O pagamento da guia DAM (Documento de Arrecadação Municipal) em duplicidade, ou em nome de terceiros, não será objeto de ressarcimento ou consideração de inscrição homologada, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato a devida atenção no procedimento de geração, conferência de dados e pagamento da guia DAM (Documento de Arrecadação Municipal).

4.14 O candidato deverá recolher o valor da taxa de inscrição de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) através da guia DAM (Documento de Arrecadação Municipal) emitida para cada candidato a partir da finalização da inscrição e o pagamento deverá ser efetuado, de acordo com as datas previstas do cronograma do edital, conforme o horário de funcionamento do sistema bancário de Mato Grosso do Sul.

4.15 O valor pago referente à taxa de inscrição somente será devolvido ao candidato na hipótese de cancelamento do certame.

4.16 A SeMS e a Fiocruz não se responsabilizarão pelas inscrições que eventualmente não forem recebidas por motivo de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou demais fatores que impossibilitem a transmissão de dados.

5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 A solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição deverá ser realizada de acordo com o cronograma previsto neste Edital, através de manifestação no link de inscrição.

5.2 Conforme a Resolução CNRM nº 07/2010, considerar-se-á isento do pagamento de taxa de inscrição o(a) candidato(a) que apresenta uma das seguintes condições:

a) A taxa de inscrição for superior a 30% (trinta por cento) do vencimento/ salário mensal do candidato, quando não tiver dependente;

b) A taxa for superior a 20% (vinte por cento) do vencimento/salário mensal do candidato e o mesmo possuir até dois dependentes;

c) A taxa for superior a 10% (dez por cento) do vencimento/salário mensal do candidato e o mesmo tiver mais de dois dependentes;

d) O candidato declarar-se impossibilitado de arcar com o pagamento da taxa de inscrição e comprovar renda familiar mensal igual ou inferior a três salários mínimos ou renda individual igual ou inferior a dois salários mínimos;

e) Inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) de que trata o Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, devendo indicar o Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico, estando ativo no ano vigente (2024);

f) Comprovar ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 11.016/2022;

g) É pertencente a etnias de povos indígenas, com autodeclaração (modelo no anexo II), acompanhado obrigatoriamente de comprovantes de reconhecimento identitário de caráter coletivo, como carta de comunidades ou associações indígenas, ou RANI (Registro Administrativo de Nascimento Indígena) ou RG com identificação de etnia ou Certidão de Nascimento com identificação da etnia.

5.3 Em quaisquer das situações descritas acima o(a) candidato estará obrigado(a) a comprovar que não custeou, com recursos próprios, curso preparatório para o processo seletivo para ingresso no Programa de Residência Médica a que se candidata e, ainda, ser egresso de instituição de ensino superior pública ou ter sido beneficiário de bolsa de estudo oficial.

5.4 Para solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição, no momento da inscrição o candidato deverá:

a) realizar UPLOAD do documento de identificação com foto, em formato PDF (frente e verso);

b) realizar UPLOAD da Folha Resumo do comprovante do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) em formato PDF, datado do ano vigente (2024).

c) se pertencente a etnias de povos indígenas, realizar UPLOAD do documento de autodeclaração (modelo no anexo II), acompanhado obrigatoriamente de comprovantes de reconhecimento identitário de caráter coletivo, como carta de comunidades ou associações indígenas ou RANI (Registro Administrativo de Nascimento Indígena) ou RG com identificação de etnia ou Certidão de Nascimento com identificação da etnia, em formato PDF (frente e verso).

5.5 As solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição serão analisadas e julgadas pela Comissão do Processo Seletivo Público, sendo consultado o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato quanto à inscrição ativa no ano vigente (2024).

5.6 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, em qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do Processo Seletivo Público, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10, do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

5.7 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

a) Omitir informações e/ou torná-las inverídicas.

b) Fraudar e/ou falsificar documentação.

c) Não observar a forma estabelecida no subitem 5.2, deste Edital.

5.8 Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via postal, via fax ou via e-mail.

5.9 A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada em data prevista no cronograma.

5.10 Os candidatos que tiverem seu pedido de isenção negado poderão recorrer da decisão, conforme prazo estabelecido no cronograma.

5.11 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção INDEFERIDOS, para efetivar a sua inscrição no Processo Seletivo Público, deverão acessar o endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br e imprimir a guia DAM (Documento de Arrecadação Municipal) para pagamento, até o último dia previsto no cronograma, conforme procedimentos descritos neste Edital.

5.12 O candidato que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição, na forma e nos prazos estabelecidos neste edital e no cronograma, estará automaticamente excluído deste Processo Seletivo Público.

EDITAIS

5.13 Caso o candidato receba a isenção da taxa de inscrição e já tenha efetuado pagamento da guia DAM (Documento de Arrecadação Municipal), antes do período previsto à divulgação do Resultado dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, o valor pago não será devolvido.

6. DAS VAGAS DESTINADAS À POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS**6.1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

6.1.1 Ao candidato com deficiência que pretenda fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, observadas as disposições da Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, o Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, a Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, é assegurado o direito de inscrição para as vagas deste processo de seleção.

6.1.2 O candidato com deficiência deverá especificá-la no link de inscrição, conforme art. 39 do Decreto Federal nº 3.298/1999.

6.1.3 Para comprovação da deficiência, deverá ser enviado via UPLOAD, o laudo médico original atestando a espécie, o grau e o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença-CID, bem como a provável causa da deficiência, expedido com, no máximo, 120 (cento e vinte) dias de antecedência do término da inscrição.

6.1.4 O candidato com deficiência participará deste processo de seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de habilitação, bem como ao dia, horário e local de realização da prova e à nota mínima exigida para a aprovação.

6.1.5 O candidato que não atender ao disposto nos subitens anteriores não será considerado com deficiência e não concorrerá às vagas reservadas para pessoas com essa condição.

6.1.6 Após o prazo de inscrição, não será considerada qualquer inclusão ou exclusão de candidato na lista especial de pessoas com deficiência.

6.1.7 As vagas que não forem providas por falta de candidatos com deficiência serão preenchidas pelos demais candidatos, de acordo com a ordem classificatória.

6.1.8 Antes da homologação do resultado final, a comissão do processo de seleção designará uma equipe multidisciplinar, mediante edital próprio, convocando os candidatos inscritos com deficiência para uma avaliação e emitirá parecer quanto ao enquadramento do candidato considerado pessoa com deficiência nas situações discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 1999 com redação dada pelo art. 70 do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, na Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 e no que dispõe a Súmula 377 do STJ.

6.1.9 Se a deficiência do candidato, conforme avaliação prevista no item anterior, não se enquadrar na previsão do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 1999, com redação dada pelo art. 70 do Decreto Federal nº 5.296, de 2004, na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, ou no que dispõe a Súmula 377 do STJ, sua classificação obedecerá a classificação geral.

6.2 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS, PARDOS E ÍNDIOS

6.2.1 Para concorrer às vagas reservadas à negros (pretos e pardos), o candidato deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se negro, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6.2.2 De acordo com a Resolução CNRM nº 17/2022, do total de 06 (seis) vagas oferecidas, 1 (uma) delas está reservada para pretos(as), pardos(as) ou indígenas, visando o atendimento da política de ações afirmativas. Os(a) candidatos(a) nessas condições deverão preencher e assinar a autodeclaração (conforme descrito no decorrer do edital). Concorrerão, ao mesmo tempo, às vagas reservadas e àquelas destinadas à livre concorrência.

6.2.3 Para cumprimento do disposto no item 6.1, o candidato deverá preencher a autodeclaração da respectiva concorrência (ANEXO II). Esta deverá ser impressa, preenchida, assinada, digitalizada e enviada via UPLOAD no ato da inscrição.

6.2.4 O candidato indígena deverá enviar via UPLOAD no ato da inscrição, a autodeclaração em conjunto com cópia do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena - RANI, de acordo com a lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973, ou comprovantes de reconhecimento identitário de caráter coletivo, como carta de comunidades ou associações indígenas, ou RG com identificação de etnia ou Certidão de Nascimento com identificação da etnia, em formato PDF.

6.2.5 O candidato que optar em concorrer às vagas reservadas a negros e indígenas, participará deste processo de seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de habilitação, bem como ao dia, horário e local de realização das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

6.2.6 A autodeclaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade e terá validade somente para este processo de seleção e será confirmada mediante procedimento de heteroidentificação.

6.2.7 As vagas que não forem providas, por falta de candidatos negros ou indígenas, serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância a ordem classificatória.

6.2.8 Os candidatos que se inscreverem às vagas reservadas à negros (pretos e pardos) e indígenas, ainda que tenham alcançado nota suficiente para aprovação na modalidade de ampla concorrência, deverão passar pela análise da Comissão Especial de Documentação e Verificação de Autodeclaração, para que sejam considerados aprovados na modalidade de vagas para ações afirmativas e incluídos na lista oficial de candidatos aprovados e classificados.

6.2.9 Como previsto no cronograma do edital, antes da homologação do resultado final, a comissão do processo de seleção designará uma Comissão Especial composta por uma equipe multidisciplinar que, mediante edital próprio, convocará os candidatos inscritos que se autodeclararam negros para uma avaliação e emitirá parecer quanto ao enquadramento dos candidatos.

6.2.10 Os candidatos que se autodeclararem indígenas e que apresentarem o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI), emitido pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), ou comprovantes de reconhecimento identitário de caráter coletivo (como carta de comunidades ou associações indígenas), ou RG com identificação de etnia ou Certidão de Nascimento com identificação da etnia estarão dispensados da participação na banca de heteroidentificação. Os documentos acima listados serão considerados prova documental oficial e suficiente para comprovação da condição indígena do candidato.

6.3 DO ATENDIMENTO ESPECIAL

6.3.1 O candidato que desejar solicitar tratamento diferenciado para a realização da prova objetiva, ao realizar a inscrição, deverá:

6.3.2 Informar, no campo próprio, a condição especial de que necessita, sendo facultado à Comissão do Processo Seletivo Público o deferimento ou indeferimento do pedido.

6.3.3 No ato da inscrição, deverá realizar o UPLOAD dos documentos constantes nos itens 7.1.2.1, 7.1.2.2 e 7.1.2.3, conforme cronograma:

6.3.4 Laudo Médico que ateste o tipo da deficiência, com o código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID e com o Nome e o CRM do médico responsável pelo laudo (envio de documento exclusivo para candidatos com deficiência), em formato PDF.

6.3.5 Anexo V – Formulário de Requerimento de Condições Especiais, em formato PDF.

6.3.6 Documento de RG (frente e verso), em formato PDF.

6.3.7 O candidato deverá realizar o UPLOAD de imagem legível do documento de identidade, a imagem legível do laudo médico e do requerimento (ANEXO V deste Edital), ambos os arquivos em formato PDF, destacando a solicitação do atendimento especial, que comprove e justifique a necessidade, impreterivelmente nos prazos citados no cronograma deste Edital.

6.3.8 O envio dos documentos legíveis de identidade, do laudo médico e do requerimento é de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato. A Comissão do Processo Seletivo Público não se responsabiliza por qualquer tipo de dificuldade que impeça a chegada desses documentos, dentro do prazo preconizado no cronograma do Edital.

EDITAIS

6.3.9 Caso o candidato não encaminhe a documentação completa e legível mencionada nos itens 7.1.2.1, 7.1.2.2 e 7.1.2.3 e 7.5 para o atendimento especial até o prazo previsto no cronograma do Edital, a solicitação poderá ser negada, mesmo que tenha assinalado tal opção no ato da inscrição.

6.3.10 A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo em sala reservada, desde que faça o requerimento, observando os procedimentos a seguir:

- a) A lactante deverá se apresentar no dia da aplicação da prova, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o(a) acompanhante e a criança.
- b) A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda e permanecer em ambiente reservado.
- c) Não será disponibilizado, pela Secretaria Municipal de Saúde ou Fiocruz, pessoa responsável pela guarda da criança. A ausência de responsável pela guarda da criança acarretará à candidata a impossibilidade de realização da prova.
- d) Nos horários previstos para amamentação a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de fiscal do sexo feminino.
- e) Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de quaisquer pessoas que tenham grau de parentesco ou amizade com a lactante.
- f) Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da lactante.

6.3.11 A relação dos candidatos que solicitaram o atendimento especial no ato da inscrição será divulgada na internet, no endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br, de acordo com o cronograma.

6.3.12 As condições especiais de atendimento para o dia da prova, solicitadas pelo candidato no ato da inscrição, serão analisadas pela Comissão do Processo Seletivo Público e atendidas de acordo com critérios de viabilidade e razoabilidade. O candidato será comunicado através de edital, em caso do não atendimento da sua solicitação.

7. DA PROVA OBJETIVA

7.1 A avaliação dos candidatos, como dispõe a Resolução nº 2, de 27 de agosto de 2015, da Comissão Nacional de Residência Médica, será feita através de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, com base no conteúdo programático constante no ANEXO VI deste Edital. A prova objetiva é composta por 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas de respostas (A, B, C, D e E), sendo apenas uma considerada correta, conforme referência bibliográfica disponibilizada neste Edital.

7.2 A prova objetiva será realizada em data única, conforme o cronograma de execução do presente Edital, no município de Dourados – Mato Grosso do Sul, em local a ser divulgado em edital.

7.3 O local e as salas da prova serão divulgados e estarão disponíveis no endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br, em edital a ser divulgado com a devida antecedência, de acordo com a lista de inscrições homologadas e com o cronograma de execução.

7.4 A prova objetiva terá duração de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para o preenchimento do cartão resposta. Não será admitido tempo extra de execução da prova e/ou de preenchimento da grade de respostas, sob nenhum pretexto.

7.5 O candidato deverá comparecer na data e no local da prova com, pelo menos, 60 (sessenta) minutos de antecedência do horário de início desta para fins de identificação. Os portões do local de prova serão fechados, impreterivelmente, 15 minutos antes do horário determinado para o início da prova.

7.6 Abertura dos portões ocorrerá às 07h15min e, o fechamento dos portões, ocorrerá às 08h15min. O início previsto da prova ocorrerá às 08h30min, horário de Mato Grosso do Sul. Não será permitido, independentemente de justificativa, o ingresso no local de prova após o seu início.

7.7 O candidato deverá estar munido de caneta esferográfica em material transparente com tinta de cor azul ou preta. Não será admitido o compartilhamento de nenhum material entre os candidatos durante a prova.

7.8 A prova deverá ser realizada pelo próprio candidato, não sendo tolerado qualquer participação de qualquer outra pessoa, com exceção de candidatos com deficiência, no limite específico do atendimento para estes, das condições mínimas necessárias para a realização das provas.

7.9 O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato munido de um dos documentos abaixo discriminados, com foto, válido, em forma legível e em via original:

- a) Carteiras expedidas pelos Comandos Militares.
- b) Carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública.
- c) Carteiras expedidas pelos Institutos de Identificação.
- d) Carteiras expedidas pelos Corpos de Bombeiros Militares.
- e) Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, entre outros).
- f) Passaporte brasileiro.
- g) Certificado de reservista.
- h) Carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade.
- i) Carteira de Trabalho. Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo aprovado pelo art. 159 da Lei Federal no 9.503/1997).

7.10 O documento de identificação do candidato deverá estar em condições para possibilitar a sua identificação, sem qualquer tipo de violação, rasuras, adulterações e dentro do prazo de validade.

7.11 O nome do candidato cadastrado na inscrição deverá ser exatamente o mesmo do documento de identificação apresentado na hora da prova. Caso não seja, constará em ata de sala.

7.12 Não serão aceitas cópias, mesmo que autenticadas, para fins de identificação dos candidatos, bem como protocolos de solicitação de documentos.

7.13 Não será permitido o uso de bonê, chapéu, capuz, óculos escuros ou qualquer outro acessório que encubra a cabeça ou impeça a visão dos olhos. Também será vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização das provas, sob pena de eliminação do processo de seleção.

7.14 Não será permitido usar e/ou transitar durante a realização das provas objetivas, com qualquer material de consulta ou auxílio de qualquer natureza, tais como equipamentos eletrônicos, escutas, fones, rádios, gravadores, celulares e semelhantes, sob pena de eliminação imediata do candidato.

7.15 Caso o candidato porte algum dos itens mencionados nos subitens 8.10 e 8.11, antes do início da prova deverá acomodá-lo(s) embaixo de sua cadeira, sob sua guarda e responsabilidade, mantendo o(s) aparelho(s) eletrônico(s) desligado(s), sob pena de ser eliminado deste Processo Seletivo.

7.16 O candidato que for flagrado pelos fiscais não observando o disposto nos subitens anteriores, assinará o termo de desistência do processo seletivo, lavrado por membro da Comissão do Processo Seletivo Público que estiver presente no local. Caso o candidato se negue a assinar o referido termo, o fato será relatado na ata de ocorrências e assinado pelos três últimos candidatos da sala, pelos fiscais de prova e pelo coordenador da referida comissão organizadora.

7.17 Os 03 (três) últimos candidatos que permanecerem na sala, somente poderão sair após a entrega do cartão resposta pelo último candidato e da realização de assinatura da ata de ocorrências.

7.18 O cartão resposta do candidato deve ser preenchido somente por caneta esferográfica de cor azul ou preta. Não será considerada a prova feita a lápis ou com caneta de outra cor que diferente das aqui mencionadas.

7.19 O cartão resposta será considerado como único e definitivo documento para efeito de correção da prova, devendo ser devidamente preenchido e assinado pelo candidato de acordo com as instruções.

EDITAIS

7.20 O preenchimento do cartão resposta com eventuais rasuras, falhas de preenchimento ou amassada, que acarretem impossibilidade de leitura óptica, é de responsabilidade do candidato

7.21 Não haverá a possibilidade de substituição de cartão resposta, sob qualquer hipótese, por erro, desatenção ou falhas de preenchimento das respostas pelo candidato.

7.22 O cartão resposta deverá ser entregue ao fiscal no encerramento da prova objetiva. O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 1 (uma) hora de seu início, devendo, obrigatoriamente, entregar o caderno de questões e o cartão resposta, devidamente assinado ao fiscal de sala.

7.23 Os candidatos que terminarem a prova objetiva após 2 (duas) horas do início, poderão levar consigo o caderno de questões.

7.24 O não comparecimento na data, no local e no horário determinados, independentemente da motivação, acarretará na eliminação sumária do Processo Seletivo Público. Em nenhuma hipótese será concedida segunda chamada da prova.

7.25 Toda e qualquer despesa financeira para participar do certame é de inteira e única responsabilidade do candidato. O gabarito será disponibilizado de acordo com o cronograma de execução do presente edital, por meio do link: residencia.sems.dourados.ms.gov.br.

7.26 O candidato poderá recorrer através de recurso dirigido à Comissão do Processo Seletivo Público, por meio do preenchimento do formulário de recurso, o qual deverá ser enviado via e-mail para o endereço processoseletivo.residmed@gmail.com, respeitando-se as datas dispostas no cronograma deste edital.

7.27 O recurso deverá ser enviado pelo próprio candidato, individualizando e indicando o número da questão a que se refere o recurso, abordando a temática de forma fundamentada, constando a referência bibliográfica do presente edital, com a página referenciada.

7.28 Não haverá vistas do cartão resposta, sendo eventual inconsistência combatida por meio de recurso do candidato ou revisão de ofício por parte da Administração Pública, respeitando-se sempre prazo para recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva (Item 9.2 “d”).

7.29 No cartão de respostas do candidato, a questão sem marcação de alternativa, com marcações múltiplas ou com marcação em desacordo às orientações para o preenchimento, será considerada resposta errada.

7.30 O candidato, para ser considerado aprovado, deverá obter o mínimo de 25 (vinte e cinco) acertos estabelecidos no total da prova, perfazendo a nota de 50 (cinquenta) pontos obtidos na prova.

7.31 O candidato que não obtiver o número mínimo de 25 (vinte e cinco) acertos no total da prova será considerado reprovado, sendo excluído deste Processo Seletivo Público.

7.32 Da composição da prova objetiva, a mesma será composta por 50 (cinquenta) questões, das quais 10 abordarão a temática da Clínica Médica, 10 abordarão a temática da Pediatria, 10 abordarão a temática da Cirurgia Geral, 10 abordarão a temática da Ginecologia/Obstetria e 10 abordarão a temática da Medicina Preventiva e Social.

7.33 As referências bibliográficas são parte integrante deste Edital.

8. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 Os prazos para interposição de recursos estão previstos no cronograma do presente edital.

8.2 Será admitido recurso acerca de:

- a) Isenção da taxa de inscrição.
- b) Homologação das inscrições.
- c) Gabarito preliminar da prova objetiva.
- d) Resultado preliminar da prova objetiva.
- e) Resultado Preliminar da Análise de Documentação e Verificação da Autodeclaração.

8.3 Será admitido um único recurso por candidato e de forma individualizada, ou seja, um recurso para cada evento que lhe deu origem.

8.4 Não será analisado recurso intempestivo

8.5 O recurso administrativo contra os resultados das etapas deste Processo Seletivo deverá ser realizado conforme ANEXO IV deste Edital, somente no período predeterminado, mediante o preenchimento do formulário eletrônico acessível no endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br.

8.6 Em caso de interposição de recurso via sistema contra o indeferimento de inscrição, o candidato deverá anexar cópia da guia DAM (Documento de Arrecadação Municipal) devidamente quitado para o e-mail processoseletivo.residmed@gmail.com, dentro do prazo do recurso previsto no cronograma do presente Edital.

8.7 O candidato que desejar apresentar recursos contra duas ou mais questões da Prova Objetiva deverá apresentar, separadamente, um recurso para cada questão.

8.8 Não serão julgados recursos que abordem duas ou mais questões da Prova Objetiva no mesmo formulário.

8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos respondidos, nem de publicações definitivas, exceto no caso de erros materiais.

8.10 A Comissão de Seleção é soberana no julgamento dos atos, portanto, não caberá recurso das suas decisões e respostas.

8.11 Após o período específico para cada etapa de recurso administrativo, os resultados serão ratificados e homologados, não cabendo mais qualquer modalidade de interposição de recurso administrativo de modo atemporal.

8.12 De acordo com a decisão da Comissão de Seleção, caso seja constatada a procedência do recurso, a questão poderá ser anulada ou ter seu gabarito ou nota alterados.

8.13 Caso ocorra a anulação de qualquer questão, esta será considerada como correta para todos os candidatos que realizaram a prova.

8.14 Caso seja identificada a improcedência do recurso administrativo, este será arquivado.

8.15 O gabarito preliminar poderá passar por alteração, após análise dos recursos interpostos.

9. DA CLASSIFICAÇÃO

9.1 A divulgação do gabarito preliminar, do gabarito definitivo e da nota preliminar da prova e do resultado definitivo da prova respeitarão o cronograma de execução do presente edital.

9.2 A divulgação da classificação final será disposta em ordem decrescente de nota, considerando a soma dos pontos obtidos pelo candidato na prova objetiva, por categoria profissional, e será publicizado no endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br, de acordo com o cronograma deste Edital.

9.3 Caso ocorra empate na classificação por profissão, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

a) Teve idade igual ou inferior a vinte e nove anos até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo Público, de acordo com a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005.

b) Menor tempo de formado.

9.4 A divulgação dos resultados de cada etapa será realizada conforme cronograma deste Edital, no endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br.

10. DA PONTUAÇÃO ADICIONAL

EDITAIS

10.1 O candidato que, anteriormente a data de início do Programa de Residência Médica para o qual se inscreveu, tiver participado e cumprido integralmente o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB), a partir de 2012, ou o Programa Mais Médicos, poderá requerer, no ato da inscrição, pontuação adicional de 10% (dez por cento) na nota obtida na prova, conforme Resolução CNRM nº 02/2015 e Resolução CNRM nº 35/2018.

10.2 A pontuação adicional não poderá elevar a nota final do candidato para além da nota máxima prevista pelo Edital do processo seletivo.

10.3 A pontuação adicional poderá ser requerida na inscrição e não será cumulativa.

10.4 Somente será considerado, para fins de pontuação adicional de 10% (dez por cento) na nota obtida na prova, o candidato que: tiver participado e concluído, integralmente, o estabelecido no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) ou no Programa Mais Médicos.

10.5 Estarão aptos a solicitar pontuação adicional por participação no PROVAB ou no Programa Mais Médicos, os candidatos concorrentes às vagas para os programas de acesso direto, que tiveram os nomes na lista que foi publicada no sítio eletrônico do Ministério da Educação (<http://portal.mec.gov.br/residencias-em-saude>).

10.6 A solicitação para receber a pontuação adicional por participação no PROVAB ou no Programa Mais Médicos deverá ser efetuada pelo próprio candidato no ato de sua inscrição no link do processo seletivo.

10.7 Os candidatos que solicitarem a pontuação adicional do PROVAB ou no Programa Mais Médicos e que não tiveram os nomes na lista que foi publicada no sítio eletrônico do Ministério da Educação (<https://www.gov.br/mec/pt-br/residencia-medica>) não terão a pontuação adicional considerada.

10.8 Não serão aceitas fotocópias coloridas sem autenticação.

11. DA MATRÍCULA

11.1 A matrícula no Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SEMS/Fiocruz será realizada de acordo com o cronograma de execução do presente Edital, para os candidatos classificados conforme resultado final, dentro do quantitativo de vagas descrito neste edital.

11.2 Na matrícula, os candidatos deverão anexar no endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br, os seguintes documentos digitalizados:

a) Documento de Identidade (Cédula de Identidade – RG), frente e verso, com data de emissão de até 10 anos, ou protocolo de encaminhamento da Carteira de Identidade (não será aceita a Carteira Nacional de Habilitação), em formato PDF.

b) Documento de CPF (cadastro de Pessoas Físicas) ativo, em formato PDF.

c) Carteira de vacinação atualizada, em formato PDF.

d) Uma foto 3X4 atual (em formato JPG, BMP ou PNG).

e) Documento com o Número de Inscrição do Trabalhador (NIT) ou do Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (PASEP), em formato PDF.

f) Cópia autenticada do Diploma de Graduação, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), ou documento que comprove que o candidato colou grau, na área pretendida, antes do início do Programa de Residência, em formato PDF.

* Para as situações de candidatos recém-formados, será aceito Atestado de Conclusão de Curso fornecido pela Instituição de Ensino, frente e verso (se houver);

* Para as situações de candidatos formados no exterior, deverá ser anexado o Diploma devidamente revalidado por Instituição competente até a data da matrícula. O candidato formado no exterior, mesmo brasileiro, não pode ingressar de imediato na Residência, havendo necessidade, primeiro, de revalidar o Diploma em Universidade Brasileira. Para os não brasileiros, há necessidade de visto permanente de residência no Brasil e certificado de Proficiência em Língua Portuguesa.

g) Comprovante do Registro Profissional conforme a orientação de cada Conselho Profissional Federal (comprovar a inscrição no Conselho Regional de Classe no Mato Grosso do Sul; OU Certidão de Regularidade emitida pelo Conselho, em formato PDF.

h) Título de eleitor e comprovação de votação na última eleição, ou Declaração de quitação com a justiça eleitoral, obtida através do site www.tre-rs.jus.br, em formato PDF.

i) Se o candidato for do sexo masculino, anexar comprovante de quitação com o serviço militar, em formato PDF.

j) Se candidato estrangeiro residente no país, apresentar o visto – Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), em formato PDF.

k) Se candidato egresso de outro Programa de Residência, anexar o comprovante de Conclusão de Programa de Residência, ou a declaração que comprove que o candidato finalizou antes do início do Programa de Residência objeto deste edital, em formato PDF.

l) Comprovante de abertura de conta corrente. O Ministério da Saúde indica a relação e o código bancário das instituições credenciadas para abertura de CONTA CORRENTE, a saber: 033 – SANTANDER; 237 – BRADESCO. Não serão aceitas contas do banco digital NEXT (Bradesco); de conta pré-paga do Santander, chamada “Conta Super” (contas que iniciam com o número “77”). Caso o residente aprovado já possua conta corrente em um dos três bancos (033-SANTANDER, 237-BRADESCO) não será necessária a abertura de uma nova conta. A conta corrente informada deve ser uma conta ativa. A conta corrente deve ter o próprio residente como titular (não pode ser conjunta). A conta corrente não pode ter limite para recebimento. A abertura das contas deve ser na modalidade CORRENTE, a fim de evitar atraso no pagamento ou rejeição bancária.

m) Comprovante de endereço residencial atualizado, em formato PDF.

* Nos casos em que o candidato não o tenha em seu nome, será aceita uma declaração simples do titular do comprovante de que o candidato reside naquele endereço, além do próprio comprovante;

n) Formulário do e-Social devidamente preenchido, em formato PDF. É de inteira responsabilidade do candidato fornecer as informações devidamente atualizadas junto ao INSS. A divergência de informações cadastrais impossibilita a matrícula do candidato. Assim, o candidato deverá consultar no site do INSS para verificar se existe alguma divergência de informações - anteriormente à data da matrícula - entrando em contato com o órgão competente para efetuar a correção. Segue o link de acesso: <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml?jsessionid=j01jbRRCR33zvg3tvdqdWnGyGvL2hLLvD8RfXKkMZQ9Fmmy4PQq4m!29090472>.

11.3 O candidato que não realizar a matrícula conforme as orientações deste edital, no período previsto no cronograma implica na desistência dos candidatos em matricular-se, bem como a perda de todos os direitos decorrentes da classificação no Processo Seletivo. Em caso de não efetivação da matrícula, a vaga poderá ser preenchida por outro candidato, observando-se rigorosamente a classificação no processo seletivo.

11.4 O candidato que não apresentar qualquer um dos documentos solicitados não poderá efetuar sua matrícula, habilitando a chamada de aprovados, respeitando a ordem de classificação final homologada.

11.5 O candidato, com o ato da matrícula, assume o compromisso de respeitar a Legislação Vigente e o Regimento Interno do Programa de Residência, cumprindo os requisitos e os prazos estipulados no Programa, sabendo que o não cumprimento poderá acarretar no seu desligamento.

11.6 Os candidatos aprovados e que tenham submetido a documentação no site, deverão apresentar-se presencialmente para a efetivação da matrícula conforme cronograma, portando a documentação original e a cópia de todos os documentos solicitados para a matrícula no Programa, mencionados no item 11.2.

12. DEMAIS CHAMADAS PARA MATRÍCULA

12.1 A matrícula dos candidatos será feita de acordo com a ordem de classificação dos candidatos na seleção, por Categoria profissional, até o preenchimento das vagas ofertadas, conforme previsto neste edital.

EDITAIS

12.2 Quando um ou mais candidatos classificados para as vagas deixarem de realizar a matrícula na primeira chamada (por desistência ou documentação incompleta ou incorreta), serão chamados os candidatos aprovados pela ordem de sua classificação, mediante publicação de nova convocação, que deverá ser consultada pelo candidato, exclusivamente, em lista de segunda chamada, no endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br.

12.3 A partir da segunda chamada para matrícula, em caso de desistências, as vagas remanescentes poderão ser ocupadas pelos candidatos constantes na listagem de aprovados, obedecendo à ordem de classificação.

12.4 A não realização da matrícula no endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br, dentro dos prazos estabelecidos no cronograma, caracteriza a desistência do candidato no presente Processo Seletivo.

12.5 Em caso de desistência, desligamento ou abandono do Programa por candidato matriculado, a vaga poderá ser preenchida até o dia 31 de março de 2025, observando-se rigorosamente a classificação, devendo essa norma constar do edital de processo Seletivo.

12.6 Poderá ser convocado outro candidato aprovado para ocupar a vaga até o dia 31 de março, último dia para inserção no SIGRESIDÊNCIAS. Caso a desistência, desligamento ou abandono ocorra após esta data, o Programa ficará com uma vaga ociosa.

13. DA TITULAÇÃO

13.1 Será outorgado aos concluintes do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SEMS/Fiocruz o título de Especialista em Saúde da Família.

13.2 A SeMS outorgará o certificado de conclusão do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade – PRMFC SeMS/Fiocruz aos profissionais residentes que cumprirem os requisitos do Regimento Interno do Programa, de acordo com o Projeto Político Pedagógico autorizado pela Comissão Nacional de Residência Médica.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a divulgação de todos os atos e comunicados referentes a este processo de seleção no site da Secretaria Municipal de Saúde - SEMS, através do endereço eletrônico residencia.sems.dourados.ms.gov.br.

14.2 Todos os documentos anexados no momento da inscrição do candidato, devem ser realizados em formato PDF.

14.3 A duração prevista para a realização do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SEMS/Fiocruz é de 24 meses.

14.4 Os residentes receberão, mensalmente, enquanto permanecerem cursando o Programa, a bolsa de educação pelo trabalho estipulada pelo Ministério da Educação (MEC), atualmente, no valor bruto de R\$4.106,09 (quatro mil, cento e seis reais e nove centavos). A bolsa está sujeita aos descontos e retenções tributárias e previdenciárias nos termos da lei (Portaria Interministerial nº 9, de 13 de outubro de 2021). A bolsa poderá ser acrescida de valor complementar, de acordo com viabilidade e parcerias firmadas.

14.5 Caso o número de bolsas concedidas pelo MEC seja inferior ao número de vagas ofertadas neste edital e, enquanto não ocorrer a contemplação pelo Ministério de todas as vagas, a Administração Pública poderá conceder bolsa de educação por meios próprios ou parcerias. Neste caso, os candidatos declaram estar cientes de que a natureza das bolsas pode ser distinta, mas sempre no valor de R\$4.106,09 (quatro mil, cento e seis reais e nove centavos).

14.6 Em não havendo a contemplação total de bolsas pelo Ministério da Educação, poderá a Administração Pública reduzir o número de vagas deste edital e convocar os candidatos na medida em que forem disponibilizadas as bolsas pelo MEC.

14.7 Em caso de bolsas de origem distintas, obrigatoriamente deverá ser preenchido o número de bolsas MEC de acordo com a ordem de classificação, não podendo em nenhuma hipótese haver escolha de modalidade de bolsa educação pelo candidato.

14.8 Em atenção ao art. 4º, § 5º, III da Lei 6.932/1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente, com nova redação dada pela Lei 12.514/2011, a Secretaria Municipal de Saúde de Dourados compromete-se em proporcionar moradia ao médico residente interessado em vaga para tal, durante a realização do seu Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade na Secretaria Municipal de Saúde, a qual deverá ser solicitada pelo médico residente no ato da assinatura do Contrato de Matrícula (e sinalizado no documento intitulado “MORADIA PARA MÉDICOS RESIDENTES”).

14.9 Cabe ressaltar que a ausência de manifestação de interesse por parte do médico residente caracteriza a ausência de interesse quanto à oferta de moradia.

14.10 Os residentes de primeiro e segundo ano, respectivamente R1 e R2, deverão cumprir o Programa de Residência em regime de tempo integral, com carga horária prevista de 60 (sessenta) horas semanais.

14.11 É de responsabilidade do residente o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Residência (TCR) no formato de pesquisa científica e em conformidade com as normas estabelecidas para essa etapa, cuja aprovação é pré-requisito para a conclusão do programa de residência.

14.12 O desenvolvimento do TCR deverá ser embasado em métodos científicos adequados e em conformidade com as diretrizes estabelecidas.

14.13 O cumprimento das normas, do cronograma e o desenvolvimento e consolidação de competências na condução do TCR são premissas indispensáveis para o reconhecimento acadêmico e profissional do residente e do Programa.

14.14 As informações prestadas no momento de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

14.15 Casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção e pela COREME.

14.16 Ao participar deste processo de seleção o candidato estará reconhecendo sua aceitação às normas estabelecidas para o mesmo.

14.17 Todas as despesas referentes aos deslocamentos, à hospedagem e à alimentação dos candidatos ocorrerão por conta própria, eximindo-se a SEMS e a Fiocruz da responsabilidade por quaisquer dessas despesas e outras decorrentes, inclusive, no caso de eventual reaplicação de uma etapa de prova seletiva deste Processo Seletivo Público.

14.18 São partes integrantes deste Edital:

- a) ANEXO I – DECLARAÇÃO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA.
- b) ANEXO II – TERMO DE DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL.
- c) ANEXO III – DECLARAÇÃO CANDIDATO ÍNDÍGENA.
- d) ANEXO IV – FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE RECURSO.
- e) ANEXO V – FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS.
- f) ANEXO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Dourados/MS, 28 de novembro de 2024.

WALDNO PEREIRA DE LUCENA JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde

EDITAIS

**ANEXO I - DECLARAÇÃO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA DECLARAÇÃO
CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA**

Senhor Presidente da Comissão Organizadora do Processo de Seleção Pública do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SeMS/Fiocruz.

Eu, _____ RG nº _____, emissor, inscrito(a) no CPF nº _____, candidato(a) inscrito(a) para o Processo de Seleção Pública do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SeMS/Fiocruz, da Secretaria Municipal de Saúde de Dourados – SeMS/MS em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, declaro-me **pessoa com deficiência** nos termos da legislação vigente, e solicito realizar a minha inscrição neste Processo de Seleção dentro das prerrogativas que me são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, observadas as disposições da Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, o Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, a Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.

Dourados – MS, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO II - TERMO DE DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Senhor Presidente da Comissão Organizadora do Processo de Seleção Pública do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SeMS/Fiocruz.

Eu, _____, RG nº _____, emissor _____, inscrito(a) no CPF nº _____, declaro, para o fim específico de atender à documentação exigida no Edital 002/2024 da COREME da Secretaria Municipal de Saúde de Dourados, de seleção de candidatos às vagas do Processo de Seleção Pública do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SeMS/Fiocruz, da Secretaria Municipal de Saúde de Dourados – SeMS/MS, para início das atividades em 2025, me autodeclaro:

- preto(a)
 pardo(a)

Declaro, também, estar ciente de que a prestação de informação falsa, apurada posteriormente ao ingresso no Programa, em procedimento que me assegure o contraditório e ampla defesa, ensejará o cancelamento de minha matrícula no referido Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SeMS/Fiocruz, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

Dourados – MS, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) candidato(a)

EDITAIS

ANEXO III - DECLARAÇÃO CANDIDATO ÍNDÍGENA

DECLARAÇÃO CANDIDATO ÍNDÍGENA

Senhor Presidente da Comissão Organizadora do Processo de Seleção Pública do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SeMS/Fiocruz.

Eu, _____ RG nº _____, emissor _____, inscrito(a) no CPF nº _____, candidato(a) inscrito(a) para o Processo de Seleção Pública do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SeMS/Fiocruz, da Secretaria Municipal de Saúde de Dourados – SeMS/MS em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, declaro-me **índigena**, nos termos da legislação vigente, solicito realizar a minha inscrição neste Processo de Seleção dentro dos critérios assegurados, na forma da Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973.

Dourados – MS, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO IV - FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE RECURSO

FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE RECURSO

Senhor Presidente da Comissão Organizadora do Processo de Seleção Pública do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SeMS/Fiocruz.

Eu, _____ RG nº _____, emissor _____, inscrito(a) no CPF nº _____, candidato(a) inscrito(a) para o Processo de Seleção Pública do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade SeMS/Fiocruz, da Secretaria Municipal de Saúde de Dourados – SeMS/MS em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, venho solicitar RECURSO quanto a (ao):

1. Isenção da taxa de inscrição.
2. Homologação das inscrições.
3. Gabarito preliminar da prova objetiva (revisão da questão de número: _____).
4. Resultado preliminar da prova objetiva.
5. Resultado preliminar da banca de heteroidentificação.

***Justificativa do pedido de recurso (se relacionado à revisão de questão, indicar a referência bibliográfica do edital, sinalizando a página de referência):**

QUESTÃO _____.

Dourados – MS, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) candidato(a)

EDITAIS

ANEXO V - FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

O(A)candidato(a) _____, portador do CPF nº _____, que concorre ao Edital nº 02/2024 do Processo Seletivo Público, vem requerer:() solicitação de atendimento especial no dia de aplicação de provas.

REQUERIMENTO DE PROVA E/OU DE TRATAMENTO ESPECIAL**(Candidato com deficiência ou não)**

Será necessário prova especial e/ou tratamento especial? Não.
Sim (sinalize abaixo o tipo de tratamento especial).

1. Necessidades físicas e gerais:

- Necessidade de amamentação (candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê).
- Sala térrea ou com acesso facilitado para cadeirante (elevador).
- Sala individual (candidato com doença contagiosa/outras),especificar:____ Mesa para cadeira de rodas.
- Mesa para canhoto.
- Outros, especificar:_____.

2. Auxílio para preenchimento (dificuldade/impossibilidade de escrever):

- Da grade de respostas da prova objetiva.

3. Necessidades visuais (deficiente visual ou pessoa de baixa visão):

- Auxílio na leitura da prova (ledor).
- Prova ampliada, FONTE – informar tamanho da fonte:_____.

4. Necessidade auditiva (perda total ou parcial da audição):

- Intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

Dourados – MS, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) candidato(a)

EDITAIS

ANEXO VI – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**1. CLÍNICA MÉDICA**

I- Cardiologia: 1. Níveis de prevenção em doenças cardiovasculares. 2. Dor torácica, angina e infarto agudo de miocárdio. 3. Sopros cardíacos. 4. Hipertensão arterial. 5. Insuficiência cardíaca. 6. Doenças do sistema venoso. 7. Doença arterial periférica. 8. Identificação das alterações mais comuns no eletrocardiograma. 9. Palpitações e arritmias cardíacas. 10. Manejo ambulatorial de paciente anticoagulado.

II- Pneumologia: 1. Tosse aguda e crônica. 2. Dispneia. 3. Asma em adulto e na criança. 4. Infecções respiratórias de vias aéreas superiores. 5. Infecções respiratórias de vias aéreas inferiores. 6. DPOC. 7. Doenças pulmonares não infecciosas. 8. Infecção pelo Coronavírus-19.

III- Nefrologia: 1. Insuficiência renal aguda. 2. Insuficiência renal crônica 3. Cólica renal. 4. Cistite, pielonefrite e prostatite. 5. Obstrução do trato urinário. 6. Infecção do trato urinário em adultos e crianças 7. Retenção urinária e problemas prostáticos. 8. Síndromes Nefrítica e Nefrótica 9. Cálculos de vias urinárias.

IV- Gastroenterologia: 1. Problemas digestivos baixos (constipação, flatulência, sangramento retal, doença diverticular, pólipos, cólon). 2. Náuseas e vômitos. 3. Hepatites agudas e crônicas. 4. Icterícia, alteração de transaminases e outras manifestações de problemas hepáticos comuns. 5. Dispepsia e refluxo gastroesofágico. 6. Cirrose. 7. Diarreia aguda e crônica. 8. Pancreatite aguda e crônica. 9. Doenças do esôfago. 10. Doenças da vesícula e vias biliares. 11. Problemas comuns anorretais. 12. Sangramento gastrointestinal. 13. Neoplasia do tubo gastrointestinal.

V- Endocrinologia e metabolismo: 1. Desordens da glândula tireóide. 2. Diabetes mellitus e complicações. 3. Obesidade. 4. Dislipidemia. 5. Osteoporose. 6. Acometimentos da hipófise e das suprarrenais.

VI- Neurologia: 1. Doenças cerebrovasculares. 2. Tumores cerebrais. 3. Convulsões e epilepsia. 4. Cefaleias. 5. Meningite, encefalite e abscesso cerebral. 6. TCE. 7. Esclerose múltipla. 8. Síndrome de Guillain-Barré. 9. Paralisia facial. 10. Tontura e vertigem. 11. Demências. 12. Neuropatias periféricas. 13. Distúrbios da locomoção. 14. Acidente isquêmico transitório e acidente vascular cerebral. 15. Tremor e síndromes parkinsonianas.

VII-Doenças do sistema imunológico: 1. Lúpus eritematoso sistêmico. 2. Artrite reumatoide. 3. Anafilaxia. 4. Alergias 5. Doenças do colágeno. 6. Outras artrites.

VIII- Infectologia: 1. Terapia antimicrobiana. 2. Infecções sexualmente transmissíveis. 3. Endocardite. 4. Infecções virais. 5. Tuberculose. 6. Hanseníase. 7. Leishmaniose. 8. Doença de Chagas. 9. Parasitoses. 10. Doenças fúngicas. 11. Malária. 12. Leptospirose. 13. Acidentes com materiais biológicos. 14. Dengue, Zikavírus e Chikungunya. 15. Febre amarela 16. Doenças do viajante.

IX- Envenenamentos e acidentes: 1. Afogamento. 2. Intoxicações exógenas. 3. Traumas. 4. Acidentes por animais peçonhentos.

EDITAIS

X- Hematologia: 1. Avaliação do hemograma e de suas alterações. 2. Anemias. 3. Avaliação de linfadenomegalias. 4. Distúrbios da Coagulação. 5. Neoplasias Hematológicas.

XI- Otorrinolaringologia: 1. Faringite, sinusite, rinite e otite. 2. Epistaxe. 3. Disacusia. 4. Zumbido. 5. Cerúmen. 6. Rouquidão.

XII- Oftalmologia: 1. Olho vermelho. 2. Diminuição da acuidade visual. 3. Corpo estranho. 4. Pterígio, pingüécula e ptose.

XIII- Ortopedia: 1. Lombalgia aguda e crônica. 2. Cervicalgia 3. Problemas articulares e periarticulares. 4. Gota. 5. Dores articulares (punho, cotovelo, ombro, joelho). 6. Poliartralgia.

XIV- Dermatologia: 1. Micoses superficiais. 2. Dermatite atópica, de contato e seborreica. 3. Zoodermatoses. 4. Piodermites. 5. Tumores benignos e cistos cutâneos. 6. Câncer de pele e reações actínicas. 7. Herpes simples e zoster. 8. Psoríase. 9. Manchas de pele. 10. Prurido 11. Sudorese 12. Afecções das unhas 13. Acne.

XV- Problemas de saúde mental: 1. Ansiedade. 2. Depressão. 3. Transtorno bipolar. 4. Psicoses. 5. Queixas somáticas sem explicação médica. 6. Álcool e outras drogas: uso, abuso e dependência. 7. Perturbações do sono. 8. Tabagismo. 9. Fobia Social. 10. Transtorno do Pânico. 11. Síndrome de Burnout. 12. Transtorno do Espectro Autista.

REFERÊNCIAS:

DUNCAN, Bruce B. et al. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2022.

GUSSO G (Org.); Lopes JMC (Org.); DIAS, L. C. Tratado de Medicina de Família e Comunidade: princípios, formação e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. v. 2. 2388 p.

BRASIL. Manual de Controle da Tuberculose no Brasil. Ministério da Saúde, Programa Nacional de Controle da Tuberculose, 2019. Disponível em: (Manual de Recomendações e Controle da Tuberculose no Brasil 2ª ed. — Português (Brasil) (www.gov.br).

Protocolos Dengue diagnóstico e tratamento edição 2016. Ministério da Saúde. Disponível em: (Dengue - diagnóstico e manejo clínico adulto e criança — Português (Brasil) (www.gov.br).

Chikungunya Manejo Clínico. Ministério da Saúde. Disponível em (https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/chikungunya_manejo_clinico.pdf).

MONKEYPOX, fluxograma de atendimento SES MS. Disponível em: (https://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/NOTA-TECNICA-RENAVEH-MONKEYPOX_V.2-2.pdf).

2. CIRURGIA GERAL

1.Procedimentos em Atenção Primária à saúde (anestesia locorregional, suturas, inserção de diu, cantoplastia, lavagem otológica, zíper preso, remoção de anzol, drenagem de abscesso, corpos estranhos, trombo hemorroidário, fissura anal). 2. Manejo de feridas; 3. Avaliação pré-operatória; 4. Cuidados pós-operatórios e complicações cirúrgicas; 5. Infecções cirúrgicas; 6. Indicações para tratamento cirúrgico da obesidade mórbida; 7. Atendimento inicial ao politraumatizado – ATLS; 8. Queimaduras; 9. Abdome agudo não-traumático; 10. Hérnias e doenças da parede abdominal; 11. Cirurgia em pacientes especiais – idoso, criança, grávida e imunossuprimido; 12. Fraturas; 13 Intoxicações agudas; 14. Doenças comuns urológicas 15. Acometimentos cirúrgicos da vesícula. 16. Demais tipos de hernias.

REFERÊNCIAS:

Sabiston - Tratado de Cirurgia - Townsend, Courtney; Beauchamp, Daniel - 2 Volumes - 18ª Ed. MAYEAUX Jr., E. J. Guia Ilustrado de Procedimentos Médicos. Artmed, 2011.

DUNCAN, Bruce B. et al. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 4ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2022.

GUSSO G (Org.); Lopes JMC (Org.); DIAS, L. C. Tratado de Medicina de Família e Comunidade: princípios, formação e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. v. 2. 2388 p.

3. OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA OBSTETRÍCIA:

1. Abortamento. 2. Alterações do organismo materno na gravidez. 3. Anomalias congênitas. 4. Assistência pré-natal de baixo risco. 5. Descolamento prematuro de placenta. 6. Doença hipertensiva na gestação. 7. Doenças intercorrentes do ciclo grávido puerperal. 8. Gravidez prolongada. 9. Gemelaridade. 10. Gravidez de alto risco. 11. Medicina fetal. 12. Mortalidade materna e Perinatal. 13. Neoplasia trofoblástica gestacional. 14. Parto, puerpério e lactação normais. 15. Patologias do parto, puerpério e lactação. 16. Polidramnia, oligodramnia e rotura prematura das membranas. 17. Prematuridade. 18. Prenhez ectópica. 19. Propedêutica da gravidez. 20. Restrição do crescimento fetal. 21. Cuidados pré-concepcionais.

4. GINECOLOGIA:

1. Distopias genitais. 2. Endocrinopatias ginecológicas (amenorréia, hiperandrogenismo, hiperprolactinemias). 3. Endometriose. 4. Problemas da mama (mastalgia, mastitites, descarga/derrame papilar, nódulos e neoplasia). 5. Patologia benigna, lesões precursoras e patologias malignas de mama, vulva, vagina, útero e ovário. 6. Patologia infecciosa e/ou inflamatória do trato genital (vulvovaginites, vaginose, cervicites, infecções sexualmente transmissíveis, doença inflamatória pélvica aguda). 7. Planejamento reprodutivo (infertilidade e anticoncepção). 8. Puberdade, climatério e menopausa. 9. Sangramento uterino anormal. 10. Semiologia e propedêutica genital e mamária. 11. Urgências e Emergências em ginecologia (hemorragias genitais, violência sexual, dor pélvica aguda). 12. Dor pélvica 13. Atenção à saúde da mulher em situação de violência 14. Dismenorreia e amenorreia (primárias e secundárias)

EDITAIS**REFERÊNCIAS:**

DUNCAN, Bruce B. et al. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2022.

GUSSO G (Org.); Lopes JMC (Org.); DIAS, L. C. Tratado de Medicina de Família e Comunidade: princípios, formação e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. v. 2. 2388 p.

5. PEDIATRIA

1. Crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente. 2. Pediatria preventiva. 3. Imunizações e Imunobiológicos Especiais. 4. Maus tratos, negligência e direito legal das crianças e dos adolescentes 5. Necessidades nutricionais. 6. Aleitamento materno e principais dificuldades. 7. Alimentação de lactentes e crianças. 8. Desnutrição. 9. Tratamento da desidratação. 10. Hipovitaminoses e hipervitaminoses. 11. Síndrome da imunodeficiência adquirida e primária. 12. Doenças alérgicas: asma, dermatite atópica, rinite, urticária, angioedema e alergia alimentar. 13. Doenças infecciosas: caxumba, coqueluche, tétano, difteria, citomegalovirose, toxoplasmose, dengue, doenças exantemáticas, infecções estafilocócicas e estreptocócicas, leishmaniose tegumentar e visceral, herpes, mononucleose infecciosa, meningoencefalites, osteoartrites, tuberculose, helmintíases e protozooses, febre amarela, resfriado, gripe, pneumonia e COVID-19. 14. Doenças do sistema nervoso: convulsões, cefaleias, epilepsia, tumor cerebral. 15. Doenças do sistema respiratório: infecções do trato respiratório superior e inferior, otites, asma 16. Doenças do sistema cardiovascular: cardiopatias congênitas, endocardite bacteriana, miocardite, febre reumática e insuficiência cardíaca. 17. Doenças do sistema digestório: diarreias agudas e crônicas, síndrome de má absorção, constipação intestinal, refluxo gastroesofágico, volvo de sigmóide e hepatites agudas e crônicas. 18. Doenças do sangue: Anemias carenciais e hemolíticas, Hemoglobinopatias e púrpuras. 19. Doenças neoplásicas: leucemias, linfomas. 20. Doenças do sistema urinário: infecção urinária, refluxo vesico-ureteral e litíase renal. 21. Doenças do sistema endócrino: diabetes mellitus, baixa estatura, obesidade e hipotireoidismo congênito. 22. Doenças do sistema osteoarticular: luxação congênita do quadril, escoliose e cifose, pé plano, genuvaro e genuvalgo. 23. Doenças da pele: eczemas, infecções bacterianas, viróticas, fúngicas e parasitárias da pele. 24. Doenças reumáticas: artrite reumatóide infantil, lúpus eritematoso sistêmico, doença de Kawasaki e demais vasculites. 25. Afecções cirúrgicas: estenose hipertrófica do piloro, obstrução intestinal, hérnia diafragmática e abdômen agudo. 26. Emergências: insuficiência respiratória aguda, parada cardiorrespiratória, intoxicações agudas, insuficiência renal aguda e traumatismo crânio encefálico. 27. Problemas comuns nos primeiros meses de vida (conjuntivite, constipação intestinal, cólicas do lactente, regurgitação e vômitos, monilíase oral, problemas de pele, problemas do umbigo no recém-nascido, testículo retido, hérnia inguinal, hidrocele, fimose, parafimose, displasia do desenvolvimento do quadril). 28. Excesso de peso em crianças 29. Vulvovaginites na infância 30. Atenção à saúde da criança e do adolescente em situação de violência 30. Problemas de desenvolvimento neuropsicomotor 31. Enurese e encoprese 32. Cefaleia recorrente na criança. 33. Dor abdominal recorrente

REFERÊNCIAS:

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Guia alimentar para crianças menores de dois anos. Brasília/DF, 2010. Disponível em: (Dez passos para uma alimentação saudável: Guia alimentar para crianças menores de dois anos — Português (Brasil) (www.gov.br)).

DUNCAN, Bruce B. et al. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em

EDITAIS

evidências. 5ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2022.

GUSSO G (Org.); Lopes JMC (Org.); DIAS, L. C. Tratado de Medicina de Família e Comunidade: princípios, formação e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. v. 2. 2388 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – Calendário básico de vacinação. Disponível em: (Calendário Nacional de Vacinação — Português (Brasil) (www.gov.br)). Protocolos Dengue diagnóstico e tratamento edição 2016. Ministério da Saúde. Disponível em: (Dengue - diagnóstico e manejo clínico adulto e criança — Português (Brasil) (www.gov.br)).

BRASIL. Manual de Controle da Tuberculose no Brasil. Ministério da Saúde, Programa Nacional de Controle da Tuberculose, 2019. Disponível em: (Manual de Recomendacoes e Controle da Ttuberculose no Brasil 2ª ed. — Português (Brasil) (www.gov.br))

6. MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL

I- Fundamentos da Medicina de Família E Comunidade: Princípios e Atributos da Medicina de Família e Comunidade (MFC). Medicina de Família e Comunidade como especialidade médica e profissão. Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil. Organização da APS em outros países. Integralidade e complexidade na MFC e na APS. Integralidade na prática do MFC e na APS. Coordenação do cuidado.

II- Ferramentas da Prática do MFC: Consulta e abordagem centrada na pessoa. Relação clínica na prática do MFC. Gestão da clínica. Epidemiologia clínica. Medicina baseada em evidências aplicada à prática do MFC. Polifarmácia. Prevenção Quaternária: primeiro não causar dano. Proteção dos pacientes contra os excessos e danos das atividades preventivas. Abordagem familiar. Abordagem comunitária: cuidado domiciliar. Vigilância em Saúde.

III- Sistemas de Informações na APS: Prontuário Eletrônico e uso de sistema de classificação na APS. Registro de saúde orientado por problemas.

IV- Epidemiologia: 1. Sensibilidade e especificidade. 2. Estudos epidemiológicos. 3. Testes diagnósticos. 4. Níveis de prevenção 5. Rastreamento. 6. Doenças de Notificação Compulsória. 7. Doenças relacionadas ao trabalho.

V- Saúde coletiva: 1. Legislação SUS. 2. Política Nacional de Atenção Básica. 3. Calendário Vacinal. 4. Código de ética médica. 5. Declaração de óbito.

DOCUMENTOS OFICIAIS:

Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), Lei 12.871, que institui o Programa Mais Médicos, Lei 8.080, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, Lei 8.142, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências e Portaria Previne Brasil, que dispõe sobre o novo modelo de financiamento.

EDITAIS

REFERÊNCIAS:

A Nova Consulta: Desenvolvendo a Comunicação entre Médico e Paciente David Pendleton; Theo Schofield; Peter Tate; Peter Havelock 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira de 1988. Título VIII: Da Ordem Social. Capítulo II: Da Seguridade Social. Seção II – Da Saúde.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8142.htm

BRASIL. Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm

BRASIL. Manual de Controle da Tuberculose no Brasil. Ministério da Saúde, Programa Nacional de Controle da Tuberculose, 2019. Disponível em: (Manual de Recomendações e Controle da Tuberculose no Brasil 2ª ed. Acesso em 08 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html> Acesso em 08 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 21 - Vigilância em Saúde (menos Tuberculose), 22 - Zoonoses, 23 - Saúde da Criança, 25 - Doenças Respiratórias Crônicas, 26 - Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva, 29 - Rastreamento Linha do Tempo, 30 – Procedimentos.

BRASIL. Ministério da Saúde - Dez passos para uma alimentação saudável-Guia alimentar para crianças menores de dois anos. Um guia para o profissional da saúde na atenção básica. Brasília/DF, 2010. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/enpacs_10passos.pdf>. Acesso em 08 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde – Calendário básico de vacinação. Disponível em: (Calendário Nacional de Vacinação — Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/gif/svspni_calendario_26092013.gif> Acesso em 08 de novembro de 2023.

Código de ética médica: e textos legais sobre ética, direitos e deveres dos médicos e pacientes. 2019. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf>> Acesso em 08 de novembro de 2023.

Freeman, T. Manual de Medicina de Família e Comunidade de MCWHINNEY. 4ª Edição; Artmed, 2018.

Gusso G (Org.); Lopes J. M. C. (Org.); Dias, L. C. Tratado de Medicina de Família e Comunidade: princípios, formação e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

Helman, C. G. Cultura, Saúde e Doença. 5ª Edição. 2009.

Medronho, R; Bloch, K. V.; Luiz, R. R.; Werneck Gl (eds.). Epidemiologia. Atheneu, São Paulo, 2009, 2ª Edição.

Monkeypox, fluxograma de atendimento SES MS. Disponível em: <https://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/NOTA-TECNICA-RENAVEH-MONKEYPOX_V>. Acesso em 08 de novembro de 2023.

Rose, G.; Norman, A. H. Estratégias da Medicina Preventiva. Artmed, 2010.

Stewart, M. *et al.* Medicina Centrada na Pessoa: Transformando o método clínico 3ª Edição; Artmed, 2017.